

APROXIMAÇÃO ENTRE PRÁTICAS: fonoaudiologia e pedagogia

*Elba Alcantara Manzi*¹

Resumo

Este trabalho toma como foco de interesse investigar a aproximação entre práticas fonoaudiológicas e pedagógicas, desenvolvidas por esses profissionais (fonoaudiólogos e professores) junto a crianças que freqüentam ensino regular (séries iniciais) e que apresentam problemas de leitura/escrita, discutindo a articulação dessas duas funções. Consulta a literatura relativa ao assunto e depoimentos de alguns profissionais dessas duas áreas. Ressalta que os problemas de leitura/escrita, através dos tempos, mobilizam (mobilizaram) profissionais de áreas diversas. Comenta sobre a origem da Fonoaudiologia no Brasil considerando que sua constituição como disciplina deu-se a partir do intercâmbio com outras áreas do conhecimento, particularmente a Pedagogia. Não pretende indicar soluções, mas propõe uma reflexão, junto com você, leitor, sobre algumas implicações de uma inter-relação, Fonoaudiologia/Pedagogia, para a clínica e a escola.

Palavras-chave: Fonoaudiologia, Pedagogia, problemas, leitura/escrita

DRAWING PRACTICES TOGETHER: SPEECH THERAPY AND PEDAGOGY

Abstract

This paper aims at investigating and discussing the relationship between speech therapy and pedagogical practices focused on children attending regular classes (nursery and primary) and who are having difficulty with reading/writing. It deals with how these two skills are connected. For this it resorts to the specific literature related to the subject and to declarations made by teachers and speech therapists. It stresses that the problems of reading/writing involve (and have always involved) professionals from different areas. It comments on the origin of Speech Therapy in Brazil as a subject of study showing that it started from the interrelationship with other areas of knowledge specially pedagogy. It does not intend to indicate solutions but it suggests a reflection on some implications between Speech Therapy/Pedagogy referring both for the Clinic and the school.

Key words: Speech Therapy, pedagogy, problems, reading/writing.

¹ *Mestra em Fonoaudiologia pela Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Profa. do Departamento de Educação da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP*

RESGATANDO A INTERSECÇÃO FONOAUDIOLOGIA/PEDAGOGIA

Numa sociedade que se diz letrada, as dificuldades de uma criança que não consegue ler e escrever mobilizam profissionais de várias áreas: Educação, Psicologia, Fonoaudiologia, Linguística... todos aqueles que têm interesse ou curiosidade pela natureza da linguagem escrita.

Cada um, em seu fazer, propõe esquemas mediadores para as dificuldades apresentadas pela criança. Não é raro, entre esses profissionais, surgirem discussões sobre quais práticas ajudarão a criança no seu processo de construção e domínio da leitura/escrita – comumente designada por alfabetização – em que elas se fundamentam e qual o melhor meio de evitar ou corrigir problemas nessa área, considerada de fundamental importância para o aprendizado de todos os conteúdos escolares.

Essas discussões não se restringem aos dias de hoje, nem ao Brasil. Há relatos na literatura de que elas se intensificaram a partir do século XIX e início do XX, quando transformações ocorridas nos planos político, econômico e social chamaram a atenção de segmentos significativos das sociedades constituídas, para o papel dentro delas desempenhado pela escola e suas práticas pedagógicas, as quais, ao longo dos anos, não conseguiam realizar o que se propunham, isto é, vencer a ignorância, a miséria e a opressão instalada entre os homens.

Naquele contexto, segundo Saviani (1996, p. 18), *a marginalidade é identificada como ignorância e a escola se organiza como agência centrada no professor, o qual transmite o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos.*

Contudo as transformações ocorridas nos diversos setores – político, econômico, social – o progresso das ciências, o surgimento de novos campos do saber e, até, a decepção causada por práticas pedagógicas vigentes, fizeram surgir outra proposta para o ensino - aprendizagem: a pedagogia nova, apoiada cientificamente em funda-

mentos biológicos e psíquicos, oriundos da Medicina e Psicologia, que passaram, desde então, a influenciar, de maneira marcante, o fazer dos professores.

Assim, no Brasil do início do século XX, a preocupação com os problemas de linguagem oral e escrita, apresentados pelas crianças em idade escolar – segundo pesquisadores entre os quais Berberian (1995) – mobilizavam, além dos educadores, médicos e psicólogos. Esses problemas, muitas vezes, nada mais eram que estrangeirismos presentes na fala e na escrita das crianças que, tomados por deficiências neurológicas ou psíquicas, recebiam o mesmo tratamento dispensado aos distúrbios da comunicação. Com o passar do tempo, outros profissionais, além dos médicos, psicólogos e professores também por eles se interessam, abordando-os em instituições ou até em suas próprias casas. À época, não havia nenhuma norma estabelecendo qual profissional se encarregaria legalmente do seu trato.

Girotto (1999), analisando o discurso de Berberian (1995), comenta que a necessidade de delimitar campos de atuação e oficializar a função de terapeuta e reabilitador dos distúrbios de comunicação das linguagens oral e escrita motivou a criação dos cursos universitários de Fonoaudiologia, na década de 60 e, conseqüentemente, o aparecimento do fonoaudiólogo, como aquele profissional capaz de tratar e curar esses distúrbios, de início, numa dimensão prioritariamente clínica.

Nos anos 70, o fonoaudiólogo começou a ampliar o seu campo de trabalho. Continuou desenvolvendo suas atividades na clínica e voltou-se para as instituições, entre elas, a escola, envolvendo-se com problemas das linguagens oral e escrita, aí detectados, os quais também incomodam a Pedagogia, que, ao longo da sua história, busca encontrar práticas pedagógicas que lhe permitam abordar, de uma maneira eficiente, os problemas de leitura e escrita. De fato, é na escola que as práticas pedagógicas se materializam, variando de acordo com as circunstâncias.

A nossa escola, na primeira metade do século vinte, esteve preocupada com a formação de indivíduos socialmente sadios. Para Verri (1998), a concepção de indivíduos socialmente sadios embutia conceitos de patriotismo, disciplina, aprimoramento moral e pessoal por meio da educação, a qual deveria também unificar o País.

Nesse contexto, a existência de apenas uma língua foi vista como elemento essencial à unidade nacional. Era preciso haver uma forma de comunicação única que servisse não só para o intercâmbio entre os membros da comunidade, mas também entre os outros companheiros da nação. Era preciso evitar que surgissem grupos isolados, cuja formação fosse motivada pela existência de uma língua comum àquele grupo, a qual se diferenciava da falada oficialmente em âmbito nacional.

Na eliminação desses diferentes tipos de distúrbios da comunicação oral e escrita a Medicina e a Pedagogia tiveram um lugar de destaque. Isso, talvez, deva-se ao fato de que foi delegada a médicos e professores a responsabilidade de corrigir as variações dialetais, tidas então como erros patológicos.

É, para a escola onde esses problemas apareciam com mais frequência, que se voltam outros profissionais, na tentativa de combater e eliminar as diferenças lingüísticas as quais foram analisadas sob um enfoque organicista e tomadas como indicativo de defeitos ou doença, que deveriam ser tratados antes que prejudicassem a unificação do País e impedissem a sua modernização. A concepção vigente considerava essas diferenças como sinalizadoras de deficiências e questões até o momento vistas como exclusivas da escola, começaram a ter outros enfoques: sociais, cognitivos, biológicos, psicológicos... dando a entender que as dificuldades na aquisição e domínio da linguagem escrita extrapolavam o âmbito da sala de aula, necessitando da contribuição de outros profissionais no seu trato.

Nesse sentido, é pertinente a seguinte indagação: Seria o professor e suas práticas capazes de lidar, eficientemente, com esses problemas ?

Estudiosos, a exemplo de Berberian (1995), Neto (1998), afirmam que o professor se especializou. Na Medicina e na Psicologia, foi buscar fundamentos e desenvolveu técnicas que lhes permitissem assumir como professor especializado a reabilitação dos distúrbios das comunicações oral e escrita, exercendo uma atividade que depois se caracterizou como Fonoaudiologia. Segundo esses autores, a Fonoaudiologia se constituiu, historicamente, em contato com outras áreas, tendo sido o professor um agente importante para a concretização das práticas fonoaudiológicas.

Nascendo nesse contexto e tendo enfatizado, inicialmente, o atendimento aos problemas das linguagens oral e escrita detectados na escola, era natural que a Fonoaudiologia se aproximasse da Pedagogia, procurando apreender seus fazeres até que os incorporasse à sua clínica, à medida que eles eram vistos como uma contribuição para a resolução dos problemas detectados nos escolares. Através dos anos, a clínica fonoaudiológica da leitura/escrita tem buscado fundamentação teórica em outras áreas do conhecimento, além da Pedagogia. Apesar disso, ela ainda é apontada como um espaço de reedição de dizeres escolares, onde o fonoaudiólogo, muitas vezes, parece assumir o papel semelhante ao professor particular.

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES E FONOAUDIÓLOGOS ACERCA DA LEITURA/ESCRITA

O mundo no qual professores e fonoaudiólogos vivenciam as suas experiências é um mundo cultural e social onde as informações e avanços científicos circulam, permitindo aos profissionais de diferentes áreas deles se apropriarem. Assim, partilham concepções e as ressignificam de acordo com a especificidade de cada campo de atuação.

Nos dias de hoje, as investigações interdisciplinares, por não proporem delimitações estanques e estarem abertas ao intercâmbio de informações e experiências, propiciam o surgimento de concepções

que dão condições para uma abordagem mais ampla e mais aprofundada dos assuntos estudados.

Isso se evidencia em relação à linguagem escrita: dos manuais didáticos aos estudos mais diferenciados propostos em várias disciplinas, é possível localizar contribuições, às vezes mais, às vezes menos pertinentes, que fundamentam as atividades clínicas e pedagógicas.

Dessa maneira, é fácil entender por que os olhares dos fonoaudiólogos e professores entrevistados se cruzam, em alguns pontos, quando explicitam suas concepções sobre a leitura e a escrita, apesar de não conversarem sobre elas, entre si.

Esses profissionais, na sua maioria, a definem como *uma comunicação, um aprendizado, uma maneira de enriquecer as pessoas, uma porta para o mundo... Leitura é leitura do mundo... Não é só decodificação dos símbolos lingüísticos...* Também aparecem em seus depoimentos: *leitura seria a decodificação, a decifração desses símbolos que são as letras...*

Consultando a literatura, verifica-se que a concepção de leitura como decodificação, decifração mecânica de símbolos lingüísticos, sugere uma abordagem estabelecida a partir do condicionamento estímulo-resposta. Ao contrário, se encarada como um processo de compreensão, envolve o leitor que participa não apenas com sua capacidade de decifrar sinais, mas como aquele capaz de compreendê-los.

Essa polêmica decodificação e compreensão, na atualidade, cede lugar a uma outra visão, onde se considera igualmente importante compreender e decodificar, pois decodificar sem compreender não torna ninguém leitor, da mesma maneira que compreender sem decodificar.

Em seus depoimentos, professores e fonoaudiólogos apontam para a leitura/escrita não apenas como um conteúdo escolar a ser aprendido, mas como algo mais complexo.

Leitura é básico... é o início de tudo... é bonito ver quando as crianças começam a descobrir a leitura, a sentir prazer com isso, a identificar um mundo novo... Escrever sabendo o que está es-

crevendo... Quando tiver um mínimo de conhecimento sobre a ortografia... Quando percebe a correspondência som-letra... Hoje se considera a existência de vários tipos de leitura... Quando os pais ou adultos lêem para a criança esta estrutura a linguagem escrita...

São concepções que ressaltam aspectos enfocados pelos estudiosos do assunto, tais como: o papel social da escrita, o lugar ocupado pelo erro, o papel do outro intermediando a aquisição dessa linguagem, sua aprendizagem a partir do contexto social, a necessidade do conhecimento das especificidades desse tipo de linguagem, entre outros.

Ao se referir à leitura como treinamento aprendido, professores e fonoaudiólogos concordam que é preciso conhecer e dar a conhecer às crianças a natureza do nosso sistema de escrita, aspectos amplamente discutidos por Cagliari (1989) e Lemle (1997).

A escrita está voltada para esta parte: exercício, treinamento,... (professora)

Esse treinamento implica o emprego de determinadas técnicas, que visam a desenvolver habilidades perceptivas, como memória e discriminação, indicadas como essenciais em alguns trabalhos e como desnecessárias em outros, a exemplo dos desenvolvidos por Emília Ferreiro (1995) e seguidores. Esses propõem que a leitura/escrita é construída pela criança cabendo ao adulto o papel de provedor de materiais estimulantes. A idéia é defendida também pelos profissionais entrevistados.

Um outro ponto mencionado, em quase todos os depoimentos, diz respeito à leitura, como leitura do mundo. Ao considerarem a existência de vários tipos de leitura, entre eles a leitura do mundo, dão a entender que este tipo de linguagem vai além do decifrar palavras. Estas são precedidas pela leitura do mundo que continua naquela desenvolvida na escola.

Uma das entrevistadas faz também menção à leitura dos gestos e da importância de se aprender a ler a partir do contexto pessoal de cada um, o qual propicia a compreensão e produção de diversas linguagens.

Dessa maneira, nas concepções dos fonoaudiólogos e professores entrevistados, é possível identificar enfoques discutidos por vários estudiosos, fazendo crer que buscam cada vez mais um distanciamento de uma prática descontextualizada tradicional/mecanicista por eles adotada, durante muitos anos e que agora não mais os satisfaz, apesar de que, quando interrogados sobre a metodologia ou linha fonoaudiológica adotada, não explicitaram com clareza qual teoria prioritariamente fundamenta o seu fazer.

Mas é possível perceber uma busca entre esses profissionais por conhecimentos básicos necessários ao enfrentamento de problemas apresentados pelos escolares em relação à leitura/escrita.

Essa busca e, talvez, a falta de um relacionamento mais consistente entre os profissionais parecem propiciar o aparecimento de dúvidas quanto à pertinência do seu campo de atuação principalmente entre os fonoaudiólogos. Seriam esses problemas, de fato, demandas para a clínica, ou seriam disfunções da aprendizagem de ordem socioeconômica ou, mesmo, limitações da escola/professor ?

Zorzi, em publicação recente, analisando a pertinência ou não do fonoaudiólogo atuar nessa área, comenta:

mesmo limitando a discussão da escrita ao aspecto ortográfico, vemos que tal área (que causa muitas dúvidas ao fonoaudiólogo em termos de sua possibilidade de atuação) é de natureza fundamentalmente lingüística, implicando processos de aprendizado de uma nova língua com relações estreitas com a oralidade e com conhecimentos de ordem meta-lingüística. Reforçando, estas são áreas por excelência de atuação do fonoaudiólogo.

Se, para Zorzi, não restam dúvidas quanto à competência do fonoaudiólogo quanto à abordagem desses problemas, o mesmo não acontece com alguns professores, a exemplo de uma das professoras entrevistadas: *às vezes sou meio radical, e fico a pensar: depois que apareceram as justificativas fonoaudiológicas e psicológicas para as falhas da criança na escola, elas não querem ter mais responsabilidades.*

Estaria a professora querendo apontar que a falta de responsabilidade, e de empenho do aluno (“malandragem”) é que poderiam estar causando o seu insuficiente desempenho. Se for assim, por que encaminhá-lo ao fonoaudiólogo?

OS PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS E/OU CLÍNICOS DE PROFESSORES E FONOAUDIÓLOGOS

Na literatura pedagógica e na fonoaudiológica acessadas, encontramos trabalhos que discutem perspectivas de onde se olhar a leitura e a escrita, a construção do seu conhecimento.

Muitos subsidiam o fazer teórico de professores e fonoaudiólogos. Nos depoimentos dos profissionais entrevistados, nem sempre essa fundamentação foi verbalizada claramente. Contudo, ao analisar suas falas, constata-se que eles não se colocam à margem dessa literatura.

De uma certa maneira, mais explícita em uns, mais velada noutros, as concepções desses estudiosos aparecem nos discursos dos entrevistados. Ao analisar a descrição que fazem esses profissionais sobre sua prática, constata-se que ambos valorizam muito o trabalho com textos e o uso da literatura.

Muitas vezes, o fonoaudiólogo se refere ao seu trabalho: *completamente diferente do realizado na escola* e cita atividades por ele desenvolvidas:

Jogos onde trabalham a relação entre oralidade e escrita...

Brincadeiras que propiciam criatividade e o trabalho com a orto-

grafia...

Textos produzidos individual e/ou coletivamente...

Histórias em quadrinhos, contos de fadas lidos, ouvidos, dramatizados ou (re)escritos pelas crianças...

O uso de poesias, jornais, materiais diversos, portadores de textos como propagandas publicitárias, rótulos, bulas de remédios, receitas...

Os autores afirmam que todos esses textos utilizados são discutidos com a criança no intuito de que revelem a ela os diferentes usos da linguagem escrita.

Os professores também referem que o seu trabalho com a leitura/escrita inclui todas essas atividades, bem como a elaboração pelas crianças de cartas, bilhetes, anúncios, cartazes.

Sendo assim, concordam com alguns dos estudiosos citados, entre os quais Dauden e Mori (1997, p. 56), chamando a atenção para o que seria *a meta diretriz de todo e qualquer trabalho clínico com a linguagem escrita a saber a construção em interação com a criança de diferentes gêneros escritos.*

A importância de trabalhos, a partir dos textos – e uma palavra pode ser um texto – é ressaltada na literatura pedagógica, sobretudo a mais recente.

Assim, o trabalho de Eglé Franchi, publicado em 1998, intitulado “E as crianças eram difíceis... A Redação na sala de aula”, é rico em reflexões e sugestões sobre atividades desenvolvidas em sala de aula em relação à linguagem escrita.

Outro trabalho contendo várias sugestões sobre o mesmo tema é o de Perrota, Martz e Mazini (1995), que, apesar de serem fonoaudiólogas, dedicam seu livro aos professores.

Nele, ressaltam o caráter social presente na construção dos conhecimentos acerca da leitura/escrita, apesar de não esclarecerem se as considerações tecidas em seu livro refletem a experiência clínica por elas vivenciadas.

São trabalhos como esse que fazem com que a afirmação de uma das fonoaudiólogas cause estranheza: *trabalho de maneira completamente diferente*. Diferente em que sentido ?

Ao fazer tal afirmação, ela parece não considerar que muitos subsídios teóricos fundamentam tanto a sua prática como a do professor, o que, no mínimo, confere a essas práticas semelhanças, tanto no que se refere ao material utilizado, quanto aos aspectos trabalhados e enfocados como prioritários por vários autores citados na literatura fonoaudiológica e pedagógica.

Tem que ser um trabalho prazeroso... Parto da realidade do aluno... Considero o erro como erro construtivo... Trabalho a efetividade, motricidade, percepções visuais e auditivas... através de brincadeiras... A literatura faz parte do meu trabalho...(fonoaudióloga entrevistada).

Essas são afirmações comuns aos entrevistados, mas não mencionem a discussão, entre si, de suas atividades, clínica/pedagógica, salvo em uma exceção.

Há, contudo, indicações nos depoimentos de que os fonoaudiólogos fazem recomendações aos coordenadores e esses, posteriormente, repassam-nas aos professores.

Até onde, diante desses depoimentos, pode-se concluir que os olhares desses profissionais se cruzam? Até que ponto, esse relacionamento indireto impede que discutam, com mais propriedade, os problemas da criança sobre quem se debruçam?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa sociedade, onde predomina a chamada cultura letrada, a leitura e a escrita atuam como instrumentos básicos e ferramentas necessárias para que o homem se aproprie do conhecimento acumulado, registrado no código escrito.

No entanto, a concepção de alfabetização, como é comumente conhecido o processo de aprendizagem da leitura/escrita, tem mudado ao longo dos anos e hoje não se reduz apenas a grafar corretamente as palavras, garantindo o domínio do sistema gráfico.

A pesquisa revelou que, ao professor, dentro do espaço da escola, cabe o encargo de garantir a realização dos objetivos da alfabetização e, também, detectar os problemas nas linguagens oral e escrita de seus alunos, empreendendo esforços para minimizá-los ou eliminá-los. Contudo, segundo os depoimentos coletados, embora identifique os problemas, com freqüência, esse profissional não consegue lidar eficientemente com eles, no cotidiano da sala de aula, de modo a garantir o êxito do aluno no processo de alfabetização. O desconforto desse quadro faz com que o professor recorra ao coordenador pedagógico e esse a um especialista.

É importante ressaltar, com base na amostra pesquisada, que nem sempre os professores distinguem claramente qual a perspectiva mais adequada de encaminhamento adotada pela escola, nem como ou quando ele se realiza. Talvez pelo fato de que o encaminhamento sempre ocorre de maneira indireta.

Essa falta de referenciais também se reflete muitas vezes em dúvida quanto à real dimensão e natureza dos problemas de seu aluno. Ao encaminhá-lo à coordenação pedagógica, geralmente o retorno que recebe sobre o processo de atendimento é insatisfatório e mediano. Assim, interpreta como bastante demorado ou ineficaz a atuação do profissional, via de regra o fonoaudiólogo que atende seu aluno.

Os trabalhos consultados enfatizam que o fazer clínico-fonoaudiológico foi marcado, historicamente, por um caráter prático corretivo. Vários estudos apontam para uma origem vinculada à atividade pedagógica e fundamentada por conceitos advindos da medicina, psicologia e, logo depois, da Lingüística.

De um fazer prático corretivo, organicista, assiste-se a uma clínica que evolui para um fazer fundamentado por diversas perspectivas teóricas, apoiado por outras disciplinas, além das citadas.

O mesmo acontece com a Pedagogia. Uma visão mecanicista sobre o ensino-aprendizagem da leitura/escrita evoluiu, através dos tempos, para uma prática que considera o aluno como um ser ativo, participante e construtor do seu conhecimento, em interação com o meio. Como afirma Bolaffi (1994), não se pode dizer que todos os fonoaudiólogos e professores (grifo meu) fundamentam suas atividades com essas concepções mais atuais.

Todavia, constata-se, nos últimos anos, uma mudança de atitude desses profissionais e uma aproximação entre as concepções teóricas que inspiram tanto a prática fonoaudiológica como a pedagógica. Essa fundamentação que se assemelha faz com que, ao discorrerem sobre suas práticas, professores e fonoaudiólogos entrevistados aproximem os olhares que dirigem aos problemas de leitura/escrita.

Assim, vários trabalhos consultados e os depoimentos colhidos parecem indicar que, na clínica e na sala de aula, são desenvolvidas atividades semelhantes, as quais consideram que, na relação estabelecida com o outro, mediada pelo material escrito, a criança tem possibilidades de conhecer os diversos usos da escrita e construir um discurso eminentemente letrado, sem as marcas da oralidade. Nesse sentido, os olhares de professores e fonoaudiólogos se cruzam.

Entretanto os depoimentos dos entrevistados, mais do que a literatura, revelam não apenas um distanciamento entre esses profissionais como também diferenças entre as redes pública e particular de ensino quanto ao encaminhamento e avaliação dos alunos.

Na amostra pesquisada, observa-se que a escola particular espera que o aluno consiga aprender a norma culta da língua e garantir seu êxito, de imediato, dentro dela e, num futuro próximo, no seu meio ambiente social. Sendo assim, as trocas ortográficas incomodam pais, professores e a escola, os quais não desejam ver seu filho/aluno reprovado. Por ser cuidadosa com a sua imagem, essa escola providencia, antes mesmo de esgotar todos os recursos internos, o encaminhamento do aluno a um especialista, no intuito de eliminar o problema que limita ou impede o seu sucesso escolar.

Na escola pública, por outro lado, cabe ao professor a responsabilidade de resolver, na própria sala de aula, os problemas de aprendizagem de seus alunos. Eles não são encaminhados a um especialista, salvo se seus problemas forem associados a um outro, de ordem orgânica, emocional ou psíquica. Mesmo assim, segundo os dados coletados, o relacionamento entre professores e fonoaudiólogos clínicos é insatisfatório. Seus olhares, nesse sentido, não se cruzam.

Sem querer propor soluções – não é o objetivo deste trabalho – reflito que modificações poderiam ocorrer e equívocos poderiam ser desfeitos se a comunicação entre esses profissionais se tornasse mais consistente: uma comunicação fundamentada em uma problematização conjunta dos sentidos implícitos à dimensão da leitura/escrita no processo de ensino-aprendizagem e, mais especificamente, no processo de subjetivação do aluno; uma inter-relação reestabelecida, apontando para uma volta, ressignificada, às origens da Fonoaudiologia, no Brasil, ou discussões mais frequentes, como as registradas em alguns dos trabalhos citados, voltadas para a abordagem dos problemas de leitura e escrita, desenvolvidas na escola e na clínica fonoaudiológica.

REFERÊNCIAS

BERBERIAN, A. P. **Fonoaudiologia e educação**: um encontro histórico. São Paulo: Plexus, 1995.

BOLAFFI, C. Leitura e escrita: uma prática clínica. In: MARCHESAN, I. Q. et al. **Tópicos em Fonoaudiologia**. São Paulo: Lovise, 1994. v. 1, p. 65-80.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

DAUDEN, A. T. B. de C.; MORI, C. C. Linguagem e Escrita: quando se escreve, como fazê-lo e para quê ? Reflexões sobre a prática fonoaudiológica. In: JUNQUEIRA, P.; DAUDEN, A. T. B. de C. **Aspectos atuais em fonoaudiologia**. São Paulo: Pancast, 1997. p. 50-59.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez; 1995.

FRANCHI, E. **E as crianças eram difíceis....**: a redação na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

GIROTO, C. R. M. O professor na atuação fonoaudiológica em escola: participante ou mero espectador? In: _____. (org.). **Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola**. São Paulo: Plexus, 1999. p. 24-41.

LEMLE, M. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 1997.

FIGUEIREDO NETO, L. E. **O início da prática fonoaudiológica na cidade de São Paulo**. 1988. Dissertação (mestrado em fonoaudiologia) - PUC-SP, São Paulo. 1988.

PERROTA, C.; MARTZ, L. W.; MASINI, L. **Histórias de contar e de escrever**: a linguagem no cotidiano. São Paulo: Summus, 1995.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VERRI, C. **A fonoaudiologia escolar e seus sentidos**. 1998, Dissertação (mestrado em fonoaudiologia) - PUC-SP, São Paulo, 1998.

ZORZI, J. L. Fonoaudiologia na educação nos distúrbios da escrita. **Jornal informativo do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 4ª região**. Recife, v. 3, n. 5, mar. 2000, p. 5-6.

MANZI, E. A. **Fonoaudiologia e Pedagogia**: dois olhares que se cruzam? 2000, 114 f. Dissertação (mestrado em fonoaudiologia) - PUC-SP, São Paulo, 2000.